5ª Região
JUSTIÇA FEDERAL
TRF hoje 2012
6 TERÇA de Março

Edição nº **1881**
www.trf5.jus.br
comunicacaosocial@trf5.jus.br
Fotos: **Juliana Galvão, Marcos Costa e Paulo de Sá Vieira**

Jornal Mural diário produzido pela Divisão de **Comunicação Social**
Redação: **Christine Matos, Josie Marja, Wolney Mororó, Tayza Lima e Suzan Vitorino**
Jornalista responsável: **Isabelle Câmara - DRT/PE 2528**

Aniversariantes

Juíza Federal
Cíntia Brunetta
SJRN – Mossoró

Juiz Federal
Paulo Roberto Parca de Pinho
SJPE – Petrolina

Ana Maria Felicetti R. Catão Lamego
Secretaria Judiciária

João Orlando Calado Velozo
Subsecretaria de Precatórios

Comitê define obrigatoriedade do PJe na 5ª Região

O presidente do TRF5, desembargador federal Paulo Roberto de Oliveira Lima, e o presidente da Comissão de Informática desta Corte, desembargador federal Lázaro Guimarães, participaram, ontem, na sede do TRF5, da reunião do Comitê de Trabalho sobre o Processo Judicial Eletrônico (PJe). Participaram também as equipes da Secretaria Judiciária e da Subsecretaria de Tecnologia da Informação (STI). Composto por sete magistrados da Justiça Federal na 5ª Região, o Comitê promoveu a sua primeira reunião deste ano. Na pauta, diversos assuntos, como a preocupação com a infraestrutura de informática das Seções Judiciárias e do Tribunal.

Obrigatoriedade - As funcionalidades necessárias para tornar o uso obrigatório do PJe também foram discutidas na reunião. Utilizado por todas as Seções Judiciárias e pelo TRF5, a entrada no processo de forma eletrônica por parte de advogados atualmente ainda é opcional, porém, a partir do cronograma estabelecido na reunião, a entrada em novas ações ordinárias, seus incidentes, ações acessórias e agravos de instrumento, nas capitais, passa a ser realizada exclusivamente pelo PJe.

Até dezembro deste ano a obrigatoriedade do PJe se estenderá à Justiça Federal da 5ª Região no interior. De acordo com a Secretaria Judiciária do TRF5, as causas penais e de execução fiscal não são contempladas pelo PJe.

Data de início da obrigatoriedade do Pje	Capital
04/06/2012	Recife
06/08/2012	Maceió
20/08/2012	Fortaleza
1º/10/2012	Aracaju
15/10/2012	João Pessoa
29/10/2012	Natal

Direito Sanitário

A Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), está com inscrições abertas para o Curso de Especialização em Direito Sanitário. A atividade busca a formação de conhecimentos específicos em Direito Sanitário, de maneira a contribuir para a atuação de agentes públicos nas questões relacionadas à aplicação, produção e garantia do direito à saúde. Os interessados deverão inscrever-se até às 13h do dia 30/03, através do endereço *www.esmpu.gov.br,* link "Inscrições".

Diretora do Foro da SJPB é homenageada no TRE

8 Especial Mulher

A diretora do Foro da Seção Judiciária da Paraíba, juíza federal Helena Fialho Moreira, teve sua foto aposta na Galeria de Corregedores da Justiça Eleitoral Paraibana, durante solenidade de instalação do novo espaço, no Memorial Guardião da História da Democracia, localizado no edifício-sede do TRE-PB. A magistrada é a única mulher a compor a galeria e a segunda representante da Justiça Federal na Corregedoria Eleitoral. O primeiro foi o desembargador federal aposentado Ridalvo Costa.

Lei da Ficha Limpa

O desembargador federal Francisco Barros Dias, integrante do TRF5, ministrará curso sobre a Lei da Ficha Limpa. O evento está sendo promovido pela Escola Jurídica Latosensu e acontecerá de segunda (12) a quarta-feira (15). No curso, serão analisadas várias situações inseridas na lei quanto ao alcance das inelegibilidades, cabendo ao desembargador avaliar os meios em que podem ser alegadas essas inelegibilidades. A proposta do curso, promovido pela Escola Jurídica Latosensu, é realizar um minucioso estudo sobre a lei da Ficha Limpa. Mais informações podem ser obtidas através do telefone: 3201-7689 e 9431-6525.